

MERCOSUL/RAADDHH/GT-IPPDHM/ATA N° 01/06

I Reunião do Grupo de Trabalho – Instituto de Políticas Públicas de Direitos Humanos do MERCOSUL (IPPDHM)

Realizou-se na cidade de Brasília, República Federativa do Brasil, a I Reunião do Instituto de Políticas públicas de Direitos Humanos do MERCOSUL, no dia 4 de dezembro de 2006, no marco da VI Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos e Chancelarias do Mercosul. Participaram do encontro as Delegações da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai como Estados Partes e a Delegação do Chile como Estado Associado.

A lista dos participantes consta no **Anexo I**.

A agenda da reunião consta no **Anexo II**.

O documento base “Instituto de Políticas Públicas de Derechos Humanos del MERCOSUR” consta no **Anexo III**.

Os assuntos tratados na reunião foram os seguintes:

1. Histórico

Após abertura dos trabalhos por parte do coordenador do GT, sob a PPTB, Secretário Murilo Vieira Komniski, o ponto focal do GT, pela parte da Delegação da Argentina, Javier Mariezcurrena, fez um breve resumo sobre os antecedentes e a justificativa da proposta de criação do IPPDHM.

A idéia é que o Instituto trabalhe como complemento dos esforços e iniciativas das diferentes instituições que já trabalham no âmbito dos direitos humanos.

Há interesse em não limitar às instituições que já estão trabalhando neste tema, nem duplicar os aportes e as ações das organizações da sociedade civil que já realizam tarefas em relação aos direitos humanos em nossos países.

A proposta de criação do IPPDHM é de que ele poderá abarcar áreas de trabalho que não são ou não podem ser cobertas pelos diferentes atores em direitos humanos que atualmente existem. Existem institutos focados em problemáticas

particulares e a proposta é de que o IPPDHM possa abarcar amplamente os assuntos de direitos humanos para aprofundar o conhecimento e troca de informações sobre políticas públicas nessa matéria em nível regional, baseada nas observações dos Organismos Internacionais supervisores dos Tratados e decisões da RADDHH.

Há proposta Argentina para sediar o IPPDHM. Ofereceram-se as instalações da antiga ESMA – Escola de Mecânica da Armada –, espaço que foi destinado a partir de 2007 para a criação do “Espaço para a Memória, a Promoção e a Proteção dos Direitos Humanos”. Todos os participantes da reunião concordaram que, em princípio, a ex-ESMA seria um lugar emblemático interessante para sua localização.

2. Discussão Geral

Foram manifestadas dúvidas sobre como garantir a existência do com relação a seu financiamento, bem como a necessária construção de credibilidade do Instituto para que se possa avançar no que tange ao apoio financeiro.

É possível obter fundos para temas regionais de diferentes instituições, como o caso das Organização das Nações Unidas. Mas todos os integrantes concordaram em que é necessário começar a demonstrar capacidade operativa.

Sobre o aspecto da duplicidade de ações do Instituto, foi mencionado que o Dr. Carlos Álvares, Presidente da Comissão de Representantes do MERCOSUL, em Córdoba, propôs a criação do Instituto Social com objetivos tão amplos que poderiam abarcar o tema dos direitos humanos. Maria Elena Martinez, representando a Delegação do Uruguai, manifestou que foi mantido contato com Dr. Álvares, no dia 25 de outubro do corrente ano, momento no qual se esclareceu a especificidade da proposta do Instituto Social.

Foi igualmente feito um estudo por parte da Delegação da Argentina, o qual conclui que, de acordo com os documentos que definem as quatro grandes áreas do Instituto Social, existiriam duas nas quais há similaridades. Mas acredita-se que poderia existir uma cooperação com o IPPDHM, sobretudo em termos de indicadores sociais – onde poderia existir um cruzamento –, e intercâmbio de boas práticas).

Todos coincidem que a redação dos objetivos específicos deve ser melhorada.

Tendo em vista as discussões havidas do âmbito do GT, ficou claro que há dois objetivos específicos essenciais: (i) assistência técnica e (ii) pesquisa aplicada.

3. Propostas de Encaminhamento

O Coordenador do GT, sob a PPTB, em análise de consenso, expressou entendimento de que, por um lado, o GT seguira reflexionando sobre a criação do IPPDHM. Por outro, o GT deve buscar encontrar uma estratégia para avançar nas discussões e identificar áreas de cooperação concretas sobre o tema.

Nesse sentido o Coordenador do GT, propôs que, em paralelo à continuidade das discussões do documento da proposta do Instituto, poderão ser identificados alguns temas para serem objetos de estudos aprofundados em matérias de políticas públicas em direitos humanos. O resultado dos estudos poderá ser apresentado à RAADH e servir de subsídio das conversações na Reunião de Altas Autoridades. Tal iniciativa, poderá conferir maior operacionalidade ao GT, bem como maior clareza quanto à capacidade de atuação e resposta à demandas em caso de assistência técnica e pesquisas aplicadas em nível regional.

Acordou-se em que o GT elevará à VI RAADH as referidas propostas e se avaliara as dificuldades, principalmente em nível de seu financiamento. O GT deverá propor que o mesmo coordene um estudo, como projeto piloto, a ser apresentado na RAADH sob a PPTP. Será solicitado à VI RAADH que se defina um tema para ser tratado durante os próximos seis meses. O GT assinalou dois temas de interesse inicial: i) implementação da Convenção contra Tortura e do Protocolo Adicional e ii) instituições nacionais de direitos humanos.

LISTA DE ANEXOS

Anexo I	Lista de Participantes
Anexo II	Agenda
Anexo III	Documento “Instituto de Políticas Públicas de Derechos Humanos del MERCOSUR”

Pela Delegação da Argentina

Pela Delegação do Brasil

Pela Delegação do Paraguai

Pela Delegação do Uruguai

MERCOSUL/RAADDHH/GT-IPPDHM/ATA N° 01/06

I Reunião do Grupo de Trabalho – Instituto de Políticas Públicas de Direitos Humanos do MERCOSUL (IPPDHM)

PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS ASSOCIADOS (DECISÃO CMC N° 18/04)

A Delegação do Chile participou no desenvolvimento da I Reunião do Grupo de Trabalho Instituto de Políticas Públicas de Direitos Humanos do MERCOSUL (IPPDHM), no marco da VI Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos e Chancelarias do MERCOSUL, realizada o dia 4 de dezembro de 2006, em Brasília, no tratamento dos temas da Agenda e manifestou conformidade com relação aos mesmos.

Pela Delegação do Chile